§ 1.º Os requerimentos serão acompanhados da carta de sentença judicial que prove o direito inquestionável do requerente sobre o terreno, ou do alvará ou decreto por que foi conferida a sua concessão, e do conhecimento do depósito feito na tesouraria do município da importância dos novos títulos a passar e do seu registro na conservatória.

§ 2.º O presidente da comissão municipal pode ordenar por seu despacho a substituição do título quando forem cumpridas as disposições deste artigo.

Art. 53.º Para os efeitos da remissão do fôro e da transmissão das propriedades compreendidas no foral do município de Gaza é indispensável a substituição dos antigos títulos de concessão pelos passados com a forma preceituada no capítulo VI deste diploma.

Art. 54.º Nos casos de transmissão dos terrenos por endosso, o adquirente dos mesmos terrenos fica obrigado para com a comissão municipal ao cumprimento de todas as cláusulas e encargos mencionados nos respectivos títulos.

Art. 55.º São mantidos os foros estipulados para as concessões de pretérito, nos termos da lei por que foram conferidas, e bem assim os dos terrenos requeridos ao abrigo do regime provisório de concessão de terrenos, aprovado por decreto de 9 de Julho de 1909, ainda que os títulos de tais terrenos não tenham ainda sido conferidos, mas cuja demarcação definitiva já se tenha efectuado nos termos legais.

§ único. Aos foreiros de terrenos de 1.ª classe da vila do Chai-Chai, obrigados ao pagamento do fôro estabelecido no artigo 63.º do regime provisório de concessão de terrenos citado neste artigo, pode ser concedida a redução desse fôro ao que é estabelecido no n.º 1.º do artigo 19.º do presente diploma, desde que requeiram essa redução e declarem sujeitar-se a todas as disposições do mesmo diploma, sendo-lhe também permitido gozar das vantagens concedidas pelo artigo 20.º

CAPÍTULO VIII

Disposição geral

Art. 56.º Nos casos omissos neste diploma, observar-se há, na parte aplicável, o disposto no regime provisório de concessão de terrenos do Estado, aprovado por decreto de 9 de Julho de 1909.

Paços do Governo da República, 1 de Julho de 1916.—*António José de Almeida.*

MODELO A (Artigo 29.º, § 7.º)

Termo de praça

Aos . . . no edifício da Câmara Municipal de Gaza, no Chai-Chai, e sala das sessões, compareceram F. . . (nomes dos membros da Comissão Municipal) e eu F. . . , secretário da mesma Comissão, para se dar cumprimento ao despacho de S. Ex.ª o Sr. Presidente da Comissão Municipal, lavrado no processo de concessão por aforamento de terrenos requeridos por F. . . .

A hora marcada ordenou o referido F. . . (Presidente da Comissão Municipal ou na sua falta o vogal imediato presente) ao empregado F. . . , servindo de pregoeiro, que declarasse aberta a praça e pusesse a laços (segue a descrição dos terrenos, sua situação e área) com as seguintes cláusulas (segue a enumeração das cláusulas sobre o fôro, medidas de sanidade . . .).

A licitação só poderá recair sobre a entrada de . . . escudos e a ela apenas serão admitidos F. . . e F. . . competentemente habilitados para isso, como se vê de fl. . . do mencionado processo.

Cumprido pelo pregoeiro o que lhe fôra ordenado, declarou às . . . horas (com precisão) que a licitação tinha cessado havia já mais de um quarto de hora e que o

maior lanço fôra de . . . , oferecido por F. . . . Em vista de tal declaração foi por F. . . (nome de quem presidir) interrogado o aludido F. . . se se sujeitava a todas as cláusulas atrás mencionadas e como respondesse firmemente, o mesmo F. . . (nome de quem presidir) em voz alta declarou que ficava encerrada a praça e havido como maior lanço para os devidos efeitos o da mencionada quantia de . . . oferecida por aquele F. . . .

Vão assinar este termo todos os que o devam e saibam fazer.

MODELO B (Artigo 36.º, § 1.º)

5.ª parte

Cadastro fiscal e sua conservação

	Parcial	Total	Observações
Área da concessão			
Área dos terrenos cobertos para construções . . .			
Em alvenaria m ² . . .			
Madeira e zinco . . .			
Ferro . . .			
Área dos terrenos cultivados—hectares			
Área dos terrenos incultos . . .			
Área dos terrenos em pastagens . . .			
Contribuição predial			
(Classificação)			
Sobre terrenos . . .			
Sobre construções urbanas . . .			
Sobre dependências . . .			
.			
.			

Nota.—Esta 5.ª parte dos títulos será reformada periodicamente conforme as tarifas da contribuição predial se modificarem e segundo as alterações ocorridas no aproveitamento dos terrenos dos prédios.

MINISTERIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

DECRETO N.º 2:491

Determinando o decreto n.º 2:455, de 17 de Junho do corrente ano, que regulou os exames de admissão às escolas normais, que o prazo para requerer terminasse dentro dos primeiros quinze dias, a contar da data da publicação desse decreto;

Sob proposta do Ministro de Instrução Pública:

Hei por bem decretar a prorrogação do referido prazo até o dia 15 de Julho próximo.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 1 de Julho de 1916.—**BERNARDINO MACHADO**—*António José de Almeida.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretaria Geral

DECRETO N.º 2:488

(Publicado em suplemento ao Diário n.º 181, de 30 de Junho)

Tendo em atenção o disposto no artigo 2.º da lei n.º 480, de 7 de Fevereiro de 1916, o que dispõem os n.ºs 4.º e 7.º do artigo 2.º do decreto n.º 2:253, de 4 de Março do mesmo ano, e usando das faculdades conferidas ao Poder Executivo pela citada lei e pela lei n.º 373,

de 2 de Setembro de 1915: hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho e Previdência Social e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Declaração da produção e existência de trigo, milho e centeio.
Avaliação do consumo destes cereais. Regime do comércio do trigo.

CAPÍTULO I

Declaração da produção e existência de trigo, milho e centeio

Artigo 1.º Todos os produtores de trigo, milho e centeio da metrópole da República são obrigados a declarar as quantidades produzidas dos referidos cereais. Nos termos do artigo 28.º do decreto n.º 2:253, de 4 de Março de 1916, os possuidores e detentores desses géneros são obrigados a declarar as quantidades que possuem ou detiverem.

§ único. Sob proposta da Direcção Geral da Estatística, da Direcção Geral da Previdência Social ou ainda da Comissão Central de Subsistências Públicas, poderão igualmente ser obrigados os produtores, os possuidores e os detentores doutros géneros a declarar as respectivas produções e existências.

Art. 2.º Nas declarações de produção de trigo deverão especificar-se as qualidades mole e rijo; nas de existência de trigo, milho e centeio deverão indicar-se as quantidades destes produtos, em grão e em farinha. A unidade em que deverão ser expressas as quantidades declaradas será o quilograma.

Art. 3.º As declarações serão feitas em papel comum, de formato não inferior a um quarto de folha almaço, escritas em letra bem legível e redigidas nos termos seguintes:

«F. . . (qualidade), residente em . . ., freguesia de . . ., concelho de . . ., declara ter colhido na freguesia de . . ., concelho de . . ., e ter em existência na mesma freguesia, as seguintes quantidades do cereal abaixo designado:

Cereal	Quantidades colhidas	Quantidades existentes	Observações
	Quilogramas	Quilogramas	

Data. Assinatura do próprio ou a rogo.»

Art. 4.º As declarações prestadas em cada freguesia só podem dizer respeito aos géneros nela produzidos ou existentes, devendo por isso os interessados apresentar tantas declarações quantas as freguesias onde os géneros tenham sido produzidos ou se encontrem armazenados.

Art. 5.º As declarações, tanto as de produção como as de existência dos cereais referidos no artigo 1.º, serão prestadas simultaneamente e entregues as de centeio até o dia 15 de Julho próximo, as de trigo até 30 de Agosto e as de milho até 30 de Novembro.

Art. 6.º As declarações deverão ser remetidas ou entregues, até os dias fixados no artigo anterior, aos regedores das freguesias ou aos administradores do concelho em que os declarantes tiverem colhido os produtos ou os tiverem depositados.

Art. 7.º Incumbe aos regedores das freguesias promover que todos os produtores, possuidores ou detentores declarem, verificar se algum deixou de declarar e remeter aos administradores dos seus concelhos, no prazo de quarenta e oito horas, as declarações que lhe foram directamente enviadas ou entregues.

Art. 8.º As administrações de concelho compete verificar a exactidão das declarações, e, baseando-se nos dados que delas constarem, realizar as operações parciais relativas às freguesias e concelhos.

§ 1.º Pelas operações parciais de apuramento o admi-

nistrador do concelho verificará se os dados são exactos, competindo-lhe investigar acerca das causas de erro, da falta de declarações e das omissões de quantidades que reconheça ou de que lhe seja dado conhecimento.

§ 2.º Nos termos do § único do artigo 29.º do decreto n.º 2:253, de 4 de Março de 1916, o administrador do concelho poderá nomear perito para averiguar a veracidade das declarações.

§ 3.º Os apuramentos dos concelhos devem estar concluídos vinte dias após as datas fixadas para a entrega das declarações, e ser remetidos em seguida aos governos civis.

§ 4.º As declarações devem ficar cuidadosamente arquivadas nas administrações de concelho.

Art. 9.º Os governos civis, auxiliados pelo pessoal ao serviço das comissões distritais de subsistências, realizarão os apuramentos das quantidades produzidas e existentes nos respectivos distritos, com discriminação por concelhos, conferindo os mapas concelhos, procurando esclarecer ou rectificar os dados que hajam suscitado dúvidas ou que se note serem incorrectos.

§ único. Os apuramentos nos governos civis deverão estar terminados dez dias depois da recepção dos apuramentos concelhos e ser remetidos imediatamente à Direcção Geral da Estatística.

Art. 10.º A Direcção Geral da Estatística, depois de conferidos os mapas distritais, publicará no *Diário do Governo* os resultados provisórios e vinte e cinco dias depois os resultados definitivos.

CAPÍTULO II

Avaliação do consumo de trigo, milho e centeio

Art. 11.º De harmonia com o artigo 17.º do citado decreto n.º 2:253, e enquanto não se procede à avaliação rigorosa do consumo de trigo, milho e centeio na metrópole, as administrações de concelho calcularão as necessidades do consumo anual dos seus concelhos, tendo em vista não só a alimentação habitual da população consumidora, mas também os gastos prováveis da agricultura e das indústrias locais.

§ 1.º Para o fim designado, as câmaras municipais, as autoridades e entidades oficiais e os particulares são obrigados a prestar, com exactidão e imediatamente, as informações que as administrações de concelho lhes solicitarem, de modo que o serviço esteja concluído até 15 de Agosto próximo.

§ 2.º Feitas as avaliações, as administrações de concelho remetê-las hão às respectivas comissões distritais de subsistências, que farão o apuramento das necessidades do consumo dos distritos, com discriminação por concelhos, enviando os resultados à Comissão Central de Subsistências e à Direcção Geral da Estatística.

§ 3.º A Direcção Geral da Estatística efectuará o apuramento geral, que será publicado no *Diário do Governo*.

Art. 12.º Havendo insuficiência de milho ou centeio para o consumo local, qualquer destes géneros só poderá sair do concelho deficitário por determinação do Governo, baseada em proposta da Comissão Central de Subsistências. Se, pelo contrário, a existência exceder as necessidades do consumo, será consentida a exportação, mas apenas do excedente.

§ 1.º A doutrina deste artigo poderá ser aplicável a quaisquer géneros, cuja falta se faça sentir no país.

§ 2.º Exceptua-se o trigo cuja distribuição no país será feita de harmonia com o capítulo III.

Art. 13.º Sem prejuízo do disposto no n.º 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 2:253, as comissões distritais de subsistências promoverão o abastecimento dos respectivos distritos distribuindo, pelos concelhos onde os géneros são necessários, os excedentes dos outros concelhos.

Do mesmo modo, a Comissão Central de Subsistências, em conformidade com o n.º 6.º do artigo 5.º do decreto n.º 2:253, promoverá o aprovisionamento dos distritos deficitários, requisitando e distribuindo por eles os excedentes dos outros distritos.

§ único. A entrada nos concelhos fronteiriços dos géneros referidos, provenientes doutros concelhos, e a saída dos mesmos géneros produzidos naqueles concelhos não poderão efectuar-se sem guia visada pelos administradores dos concelhos requisitantes, applicando-se, para tal fim, as disposições do artigo 26.º do decreto n.º 2:253, e, quando os géneros forem encontrados em contravenção deste parágrafo, as do artigo 27.º

Art. 14.º Tanto os concelhos como os distritos deficitários são obrigados a adquirir imediatamente os excedentes dos outros concelhos ou distritos, e estes a entregá-los em seguida.

Art. 15.º Para os efeitos dos artigos anteriores os possuidores dos géneros são considerados simples detentores ou fiéis depositários das quantidades destinadas ao consumo local, e dos excedentes enquanto não forem retirados dos concelhos, e, como tais, responsáveis pela existência e identificação dos produtos em seu poder.

Art. 16.º As câmaras municipais, para proverem os concelhos do milho ou centeio de que careçam, poderão requisitá-los, por intermédio das comissões distritais de subsistências, aos concelhos em que abundem. Se a insuficiência resultar de açambarcamento ou de qualquer outro propósito para provocar a escassês, as câmaras municipais poderão requisitar dos possuidores o género, por intermédio dos administradores de concelho, e, ao abrigo do artigo 24.º do decreto n.º 2:253, realizar a sua venda a retalho.

Art. 17.º Os géneros requisitados serão armazenados pelas câmaras municipais em celeiros privativos ou ficarão depositados nos armazéns dos possuidores.

Art. 18.º As requisições das câmaras municipais serão feitas por escrito e dirigidas aos próprios fornecedores, não poderão ser em quantidade superior às requisitadas, e indicarão se os géneros se destinam ao celeiro municipal ou a ficar depositados nos seus armazéns.

Art. 19.º E tolerada uma diferença de 5 por cento para mais ou para menos nas quantidades requisitadas.

Art. 20.º As requisições, a que se referem os artigos 13.º e 16.º, não poderão ser impedidas por qualquer contrato anteriormente realizado.

Art. 21.º Quando os fornecedores se recusarem a transportar, por conta própria, os géneros requisitados, os administradores de concelho reclamarão os meios de transporte necessários, cujo custo será deduzido da importância da transacção.

Art. 22.º Os géneros serão pagos pelos preços fixados nas tabelas elaboradas pelas comissões distritais de subsistências, e as liquidações respectivas feitas directamente entre compradores e vendedores.

CAPÍTULO III

Regime do comércio do trigo

SECÇÃO I

Manifesto do trigo

Art. 23.º Além das declarações de produção e existência que os produtores de trigo terão de prestar, nos termos e para os fins do capítulo I, são os mesmos produtores também obrigados a manifestar as quantidades do trigo, por eles produzido, que destinam para a futura sementeira, para os gastos da família e para venda.

Art. 24.º Nos manifestos a que se refere o artigo anterior serão especificadas as qualidades de trigo mole e rijo; as quantidades deverão ser expressas em quilogramas.

Art. 25.º Os manifestos serão feitos em papel comum de formato não inferior a um quarto de folha almaço, escritos em letra bem legível e redigidos nos termos seguintes:

«F. . . ., produtor, residente em, freguesia d. . . ., concelho d. . . ., declara possuir em, freguesia d. . . ., concelho d. . . ., as seguintes quantidades de trigo, da sua produção, que destina:

Destinos	Mole Quil.	Rijo Quil.	Observações
Sementeira			
Gastos da família			
Para venda			

Data. Assinatura».

§ único. A assinatura do manifestante deverá ser devidamente reconhecida por notário ou autenticada pela autoridade administrativa. Poderá assinar o manifesto outrem, com procuração especial do manifestante.

Art. 26.º Os manifestos também poderão ser apresentados pelos corretores dos armazéns gerais agrícolas e pelos sindicatos ou associações agrícolas de que os manifestantes sejam sócios, assumindo os apresentantes a responsabilidade da autenticidade das assinaturas, da identidade dos manifestantes, bem como das declarações constantes dos manifestos.

Art. 27.º Acompanharão os manifestos amostras de cada uma das qualidades manifestadas, devendo-se, por isso, previamente lotar os trigos da mesma qualidade. As amostras serão de 1 quilograma por cada 10:000 quilogramas manifestados, até à quantidade de 5 quilogramas.

Art. 28.º Os manifestos serão enviados ou entregues nas administrações de concelho, desde 15 de Julho até 30 de Novembro.

Art. 29.º A verificação das quantidades de trigo manifestadas será feita pelos administradores de concelho, nos termos dos artigos 19.º e 20.º do decreto n.º 2:253.

Art. 30.º Incumbe às administrações de concelho promover que todos os produtores manifestem o trigo que possuírem, verificando se algum deixou de manifestar e remetendo às direcções dos serviços agrícolas, das circunscrições em que estiverem compreendidas, os manifestos e correspondentes amostras, à medida que lhes forem enviados ou directamente entregues.

Art. 31.º As direcções dos serviços agrícolas compete determinar as qualidades, os pesos específicos e as substâncias estranhas dos trigos manifestados, arquivar as amostras e enviar à Secção de Subsistências Públicas os manifestos, agrupados por concelhos, com a indicação dos resultados daquela análise.

Art. 32.º Os manifestantes não poderão deslocar os lotes de trigo manifestado, enquanto não receberem as guias a que se refere o artigo 42.º

SECÇÃO II

Rateio do trigo

Art. 33.º O trigo manifestado será rateado pela Manutenção Militar, pelas fábricas de farinha matriculadas e pelas fábricas, moinhos e azenhas que exerçam a indústria da moagem de trigo, não matriculadas.

Art. 34.º Para efeitos do artigo anterior as fábricas, moinhos e azenhas não matriculadas serão inscritas em matrícula especial, que durará até o fim do ano cerealífero de 1918-1919.

§ 1.º A inscrição nesta matrícula será feita em presença da declaração escrita dos proprietários das fábricas, moinhos e azenhas, acerca da laboração efectiva das mesmas no último ano cerealífero, e da qual terá de prestar prova.

§ 2.º As declarações deverão ser apresentadas nas administrações de concelho até o dia 20 do próximo mês de Julho e nelas ficar cuidadosamente arquivadas.

§ 3.º As secretarias de finanças informarão imediatamente as administrações de concelho a respeito das fábricas, moinhos e azenhas em laboração, situadas nos respectivos concelhos.

Art. 35.º As declarações de que trata o artigo anterior serão feitas em papel comum, de formato não inferior a um quarto de folha almaço, escritas em letra bem legível e redigidas nos termos seguintes:

«F. . . , residente em . . . , freguesia d. . . , concelho d. . . , proprietário do . . . situado em . . . , freguesia d. . . , concelho d. . . , declara ter moído, no ano cerealífero de 1915-1916, as seguintes quantidades de trigo:

Trigo moído .		Farinha produzida		Observações
Mole — Quilogramas	Rijo — Quilogramas	Em rama — Quilogramas	— Quilogramas	

Data. Assinatura».

§ único. As assinaturas dos declarantes deverão ser devidamente autenticadas pela autoridade administrativa. Poderão assinar as declarações outrem, com procuração especial dos declarantes.

Art. 36.º A distribuição do trigo manifestado será feita pela Secção de Subsistências Públicas, até o limite máximo mensal de 50.000:000 quilogramas, e conforme as cotas de rateio por ela determinadas. A Manutenção Militar e as fábricas de farinha matriculadas receberão 42.000:000 quilogramas, e as fábricas, moinhos e azenhas inscritas na matrícula especial os 8.000:000 quilogramas restantes.

§ único. No sentido de favorecer a economia agrícola nacional o Governo poderá adquirir, por intermédio da Secção de Subsistências Públicas, maior quantidade de trigo do que a fixada neste artigo.

Art. 37.º Nos rateios terão preferência os manifestos inferiores a 20:000 quilogramas, e atender-se há, tanto quanto possível, a que o trigo de cada região seja distribuído pelas fábricas da mesma e pelas mais próximas.

Art. 38.º Os fabricantes de farinha não podem dar ao trigo que lhes fôr distribuído destino diverso ao da moagem nas suas fábricas.

SECÇÃO III

Comércio do trigo

Art. 39.º O comércio do trigo nacional só poderá ser realizado entre os produtores e os fabricantes de farinha, e depois do trigo ser manifestado pelos primeiros e de ser distribuído aos segundos pela Secção de Subsistências Públicas. Os contratos ou direitos existentes sobre esse cereal, mesmo os effectuados entre produtores e fabricantes de farinha, são considerados nulos e de nenhum efeito.

§ único. O trigo que fôr encontrado vendido aos fabricantes de farinha, comerciantes, intermediários ou quaisquer detentores será apreendido e entregue à Manutenção Militar, que o pagará pelo preço da tabela estabelecida no artigo seguinte.

a) Preço do trigo

Art. 40.º O trigo nacional não poderá ser vendido nem adquirido por preço superior ou inferior ao estabelecido na seguinte tabela, que regulará durante os anos cerealíferos de 1916-1917, 1917-1918 e 1918-1919:

Peso em quilogramas		Trigo mole		Trigo rijo	
Hectolitros	Decalitros	Por quilogramas	Por decalitros	Por quilogramas	Por decalitros
81	8,100	§08(7)	§70(47)	§08(4)	§68(04)
80	8,000	§08(6)	§68(8)	§08(3)	§66(4)
79	7,900	§08(5)	§67(15)	§08(2)	§64(78)
78	7,800	§08(4)	§65(52)	§08(1)	§63(13)
77	7,700	§08(3)	§63(81)	§08	§61(6)
76	7,600	§08(2)	§62(32)	§07(9)	§60(04)
75	7,500	§08(1)	§60(75)	§07(8)	§58(5)
74	7,400	§08	§59(2)	§07(7)	§56(98)
73	7,300	§07(9)	§57(67)	§07(6)	§55(48)

§ 1.º Os preços mencionados nesta tabela referem-se a trigo, contendo no máximo 2 por cento de substâncias estranhas, devendo fazer-se o desconto de 1 por cento por cada centésimo a mais quando o trigo contenha percentagem superior à indicada.

§ 2.º Estes preços são para o trigo pôsto sobre vagão, na estação do caminho de ferro ou a bordo no pôrto de embarque que mais próximo fique do local de produção.

§ 3.º A sacaria para o transporte dos trigos será fornecida pelos fabricantes de farinhas.

§ 4.º Para os trigos de pesos intermediários, não incluídos na tabela, o preço será calculado em proporção com o trigo de peso imediatamente superior.

§ 5.º Para os trigos de pesos superiores a 81 ou inferiores a 73 quilogramas, por hectolitro, calcular-se há o preço proporcional e respectivamente ao que corresponde a estes dois pesos.

b) Entrega e recepção do

Art. 41.º O manifesto do trigo, em cada um dos meses de Julho a Novembro, e o seu rateio pelas fábricas será publicado no *Diário do Governo* até o dia 10 dos meses seguintes.

Art. 42.º Em seguida à publicação dos mapas do manifesto e rateio do trigo, o manifestante receberá uma guia indicando o número do manifesto, o fabricante a quem deve entregar o trigo, e o prazo de entrega. O fabricante receberá guia idêntica.

Art. 43.º O manifestante tem de entregar o trigo, e o fabricante tem de recebê-lo no prazo indicado nas respectivas guias, salvo acôrdo entre ambos, previamente autorizado pela Secção de Subsistências Públicas.

Art. 44.º Recebida a guia, o manifestante indicará ao fabricante, para os feitos do § 2.º, artigo 40.º, a estação do caminho de ferro ou pôrto de embarque mais próximo do local da produção, e combinará o local da entrega.

§ único. Quando não haja acôrdo entre o manifestante e o fabricante de farinha sobre o local de entrega, seguirá o trigo para o armazém geral agrícola, suas delegações ou instalações dependentes que mais próximo fique da fábrica a que tiver sido distribuído, correndo por conta do fabricante as despesas de armazenagem, de transporte e quaisquer outras, a partir da estação do caminho de ferro ou pôrto de embarque mais próximo do local de produção.

Art. 45.º A quantidade a entregar não pode diferir da declarada no manifesto para mais ou para menos de 5 por cento.

Art. 46.º Não será passada segunda via das guias de

distribuição sem que se prove haverem-se extraviado as primeiras.

Art. 47.º Os trigos podem ser entregues por pessoa idónea, com procuração bastante dos manifestantes, pelos sindicatos ou associações agrícolas de que sejam sócios, ou pelos corretores dos armazéns gerais agrícolas. Do mesmo modo, os trigos podem ser recebidos por pessoas idóneas com procuração dos fabricantes ou pelos corretores dos armazéns gerais agrícolas.

Art. 48.º O fabricante de farinha não poderá recusar o trigo que lhe foi distribuído, a não ser quando lhe encontrar defeito e este seja comprovado. No caso referido, o fabricante participará a recusa à Secção de Subsistências Públicas, dentro do prazo da recepção marcada na guia da distribuição, pedindo uma vistoria e indicando o nome do perito que apresenta. Se não se conformar com o resultado desta vistoria, poderá solicitar, no prazo de quatro dias, nova vistoria, nomeando dois peritos. O manifestante poderá igualmente, quando não se conforme com o resultado da primeira vistoria, pedir segunda, apresentando também dois peritos.

c) Liquidação das transacções

Art. 49.º As liquidações das transacções de trigo serão feitas no acto da entrega e directamente entre os produtores e os fabricantes de farinha. Uns e outros poderão ser representados por pessoas idóneas, com procuração bastante ou pelos corretores dos armazéns gerais agrícolas, e os primeiros ainda pelos sindicatos ou associações agrícolas de que sejam associados.

Art. 50.º Assiste ao manifestante o direito de fazer estivar o trigo no armazém geral agrícola, suas delegações ou instalações dependentes, que mais próximo fiquem da fábrica a que tiver sido distribuído, e de exigir o pagamento a seguir, antes do lote ser levantado.

Art. 51.º O fabricante não poderá recusar-se a pagar o trigo que lhe foi distribuído.

Art. 52.º Tanto o manifestante como o fabricante deverão apresentar na Secção de Subsistências Públicas, depois da liquidação da transacção, as respectivas guias assinadas por ambos.

CAPÍTULO IV

Penalidades

Art. 53.º A inobservância das disposições deste decreto, quer por parte dos produtores, possuidores e detentores, quer por parte das autoridades, funcionários ou outras entidades a quem compete executar e auxiliar os serviços de que trata este diploma, será punida de conformidade com os artigos 50.º a 56.º do decreto n.º 2:253, segundo os casos especiais que cada um refere.

Art. 54.º Aos produtores e fabricantes de farinha, que transgredirem as disposições do capítulo III deste decreto, serão applicadas também as seguintes penalidades:

1.º Os produtores e fabricantes que transacionarem o trigo sem que previamente aquele o haja manifestado e a este haja sido distribuído pela Secção de Subsistências Públicas, incorrem na pena de três a seis meses de prisão correccional e multa correspondente, sem prejuízo da apreensão do género, conforme dispõe o § único do artigo 39.º;

2.º As direcções dos sindicatos e associações agrícolas e aos corretores dos armazéns gerais agrícolas que tiverem intervido nas transacções a que se refere o número anterior, são applicáveis as mesmas penalidades de prisão correccional e multa, sendo os últimos demitidos.

Art. 55.º Os comerciantes, intermediários e quaisquer detentores a quem forem encontrados lotes de trigo, em contravenção do artigo 39.º, incorrem na pena de três a

seis meses de prisão correccional e multa correspondente, sem prejuízo da apreensão do género, como dispõe o § único do mesmo artigo.

Art. 56.º O produto da venda dos lotes de trigo que forem encontrados em contravenção do disposto no artigo 39.º constituirá metade receita do Estado, revertendo a outra metade a favor do apreensor ou apreensores, ou a favor destes e do denunciante ou denunciante, se a infracção houver sido reconhecida por denúncia.

Art. 57.º Os lotes de trigo encontrados em contravenção do disposto no artigo 38.º, serão apreendidos, incorrendo os fabricantes de farinha na pena de três a seis meses de prisão correccional e multa correspondente, além do pagamento das despesas exigidas pela guarda e conservação do cereal.

Art. 58.º Aos fabricantes de farinha que se recusarem a pagar, receber ou laborar o trigo nacional que lhes for distribuído, ser-lhes há cassada a licença de laboração, podendo o Governo, se tal for necessário, para assegurar o abastecimento público, determinar que a Manutenção Militar tome temporariamente conta da fábrica ou fábricas para as pôr a trabalhar por conta do Estado.

Art. 59.º Os autos de apreensão e mais diligências relativas a transgressões a este decreto, serão levantados e realizadas pelos administradores de concelho, fazendo aqueles autos prova plena em juízo para o efeito da condemnação.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Art. 60.º Os governadores civis, administradores de concelho ou de bairro e regedores de freguesia deverão utilizar todos os meios de publicidade ao seu alcance a fim de que os produtores, possuidores e detentores de trigo, milho e centeio tenham conhecimento das obrigações que lhes são impostas por este decreto.

Art. 61.º Os produtores, possuidores ou detentores dos géneros designados no artigo 1.º são sempre responsáveis pelos actos dos seus representantes.

Art. 62.º Os funcionários públicos, qualquer que seja a sua categoria, ficam obrigados a prestar às repartições e autoridades encarregadas dos diversos serviços de que trata este decreto, o auxílio que lhes for reclamado.

Art. 63.º As autoridades administrativas, quando tenham conhecimento de quaisquer infracções das disposições deste decreto, tomarão imediatas providências para que sejam punidos os delinquentes, nos termos do presente diploma.

Art. 64.º Os documentos relativos à execução dos serviços de que trata este decreto serão expedidos pelo correio, como correspondência official, sem limite de peso nem de volume, e registados gratuitamente sempre que a autoridade expedidora o reclame.

Art. 65.º As autoridades administrativas poderão responder-se telegraficamente, sobre os serviços de que tratam os capítulos I e II, com a Direcção Geral da Estatística (3.ª Repartição — Estatística Agrícola).

Art. 66.º Este decreto é considerado como parte integrante do decreto n.º 2:253 e entra imediatamente em vigor.

Art. 67.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros do Interior, da Justiça, das Finanças, do Fomento e do Trabalho e Previdência Social assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1916. — BERNARDINO MACHADO — *Brás Mousinho de Albuquerque* — *Luis de Mesquita Carvalho* — *António José de Almeida* — *Francisco Fernandes Costa* — *António Maria da Silva*.